

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.357.536 - MS  
(2018/0227237-0)**

**RELATOR** : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
**EMBARGANTE** : CLAUDINEI ANTIGO  
**ADVOGADOS** : JADER EVARISTO TONELLI PEIXER - MS008586  
PATRICIA RODRIGUES CERRI BARBOSA - MS012731  
JÂNE PEIXER - MS012730  
**EMBARGADO** : FAZENDA NACIONAL

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL.

1. O aresto embargado contém fundamentação suficiente para demonstrar que, a despeito da invocação do disposto na Resolução nº 15/2017, do Senado Federal, o acórdão recorrido baseia-se em fundamentos de natureza eminentemente constitucional, não competindo, pois, a esta Corte Superior, em sede de recurso especial, analisar eventual contrariedade a preceito contido na CF/88, nem tampouco uniformizar a interpretação de matéria constitucional.
2. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contém elementos meramente impugnativos.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator